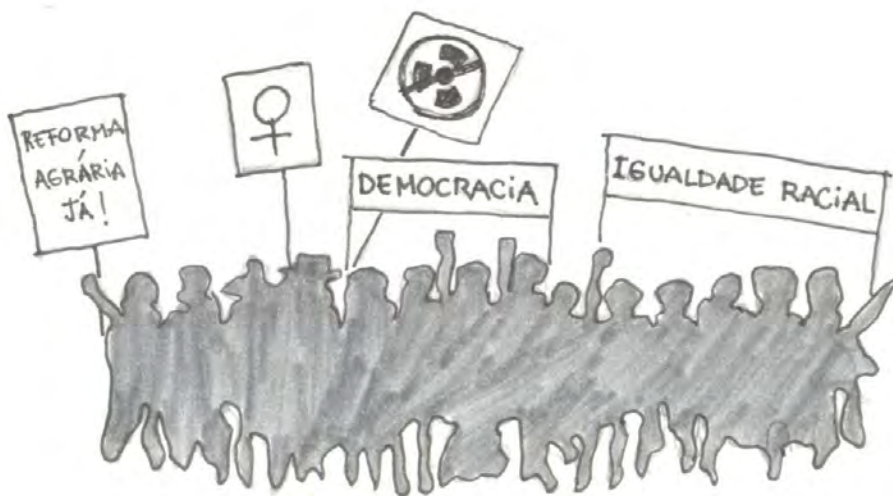
SOCIOLOGIA

07

MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL

O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?

No mundo contemporâneo, tornou-se frequente a ideia de que mudanças na vida social são levadas a cabo por movimentos que, inicialmente pequenos e minoritários, acabam provocando alterações significativas nas esferas política, econômica, cultural, religiosa e sexual. De fato, boa parte das estruturas sociais e políticas que conhecemos hoje são fruto de alterações promovidas por grupos marginalizados que, por meio da *ação coletiva organizada*, conseguiram reverter sua condição de subalternidade e ter seus direitos reconhecidos pelo conjunto da sociedade e pelo ordenamento jurídico posterior.

No conjunto das democracias modernas – elas mesmas fruto de mudanças sociais e políticas importantes ocorridas entre os séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos –, compreendemos que o modo mais habitual de se operar mudanças sociais se dá no próprio esquadro da democracia formal, ou seja, através da ação política mediada pela vida parlamentar e os partidos políticos. No entanto, a vigência de regimes autoritários em muitos países, assim como a permanência de injustiças sociais contra determinados grupos no escopo da própria democracia (vide a situação dos negros no sul dos Estados Unidos até os anos 1960, a exclusão da participação política feminina no Brasil até a década de 1930, as leis contra homossexuais em muitos países europeus até tempos recentes, etc.) faz com que, às vezes, a mudança social só se torne possível através de formas não ortodoxas

de ação política. É aí que entra a decisiva participação dos chamados *movimentos sociais* na vida moderna.

De acordo com o sociólogo britânico Anthony Giddens, podemos conceituar os movimentos sociais como "tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas"[1]. Já Allan Johnson, em seu *Dicionário de Sociologia*, define os movimentos sociais como "um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social".[2] Neste sentido, é possível distinguirmos movimentos sociais de tipo *revolucionário*, que pregam a derrubada de uma ordem política e social vigente – não raro, por meio da violência – e movimentos sociais de tipo *reformista*, isto é, que tentam alterar as condições de um sistema social sem, contudo, modificar seu caráter fundamental.

Os movimentos sociais de tipo reformista fazem uso de diversas estratégias para levar a cabo suas reivindicações. Entre as mais frequentes, destaca-se o trabalho de conscientização e convencimento da opinião pública; a pressão organizada sobre parlamentares e partidos políticos, ou lobby; e, mais recentemente, o chamado ativismo judiciário, por meio do qual processos jurídicos específicos, como o julgamento de um caso típico da causa em questão, ou a condução de um caso polêmico às supremas cortes nacionais, torna-se emblemático para a luta daquele movimento.

Por outro lado, alguns movimentos sociais se caracterizam como movimentos de *resistência*, ou seja, se organizam não para promover mudanças sociais, mas, justamente, para combatê-las ou, no limite, manter a ordem social e política perfeitamente inalterada. Este é o caso, por exemplo, dos movimentos que, em muitos países, visam reverter ou impedir as leis que garantem às mulheres o direito ao aborto, uma pauta clássica do movimento social feminista.

BREVE HISTÓRICO E ALGUMAS LINHAGENS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS SINDICATOS E O MUNDO DO TRABALHO

[1] Giddens, Anthony. Sociologia, 4a ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 357.

[2] Johnson, Allan. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 155.

Dizíamos anteriormente que muitas das normas e leis hoje vigentes são o produto histórico de lutas travadas por grupos minoritários que, no passado, não tinham seus direitos reconhecidos pela ordem política e social. Durante a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, os trabalhadores das fábricas na Europa e nos Estados Unidos não gozavam do sistema de proteção social hoje existente na maioria das democracias, que lhes faculta o direito de organização coletiva e de realizar greve, assim como uma série de prerrogativas que conhecemos como *direitos trabalhistas*.

Historicamente, estas conquistas só foram possíveis através da ação coletiva, que, no mundo do trabalho, deu origem à primeira forma moderna de movimento social: o *sindicato*. Em sua definição mais frequente, um sindicato é "um conjunto de trabalhadores que se organizam para promover seus próprios interesses em relação aos empregadores, sobretudo em torno de questões de salário, promoção, condições de trabalho e segurança no emprego"[3]. Inicialmente, os sindicatos eram organizações proibidas e até mesmo reprimidas pelo Estado, que reconhecia apenas a ação política ortodoxa de tipo político-partidário e parlamentar. O problema é que, nas nações industriais do século XIX, os partidos políticos e os parlamentos dispunham de poucos representantes das classes populares em seus quadros, já que os direitos de participação política se baseavam num critério de patrimônio ou renda.

Ato contínuo, a ação coletiva não ortodoxa, reformista ou revolucionária, tornou-se a via mais apropriada para os trabalhadores da revolução industrial conseguirem modificar e/ou atenuar suas péssimas condições de vida. Na maior parte das democracias ocidentais, os sindicatos foram incorporados pela ordem social vigente, cumprindo um papel institucional de mediação das relações entre capital e trabalho e como grupo de pressão perante o governo e os parlamentos. Na Rússia dos anos 1910, por outro lado, as organizações de trabalhadores (*sovietes*) acabaram aderindo à vertente revolucionária, protagonizando a Revolução Bolchevique de 1917 e constituindo uma nova ordem política de caráter socialista, isto é, a União Soviética.

[3] Idem, p. 208.

O FEMINISMO, A QUESTÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Outro movimento social importante nascido no século XIX é o *feminismo*. Em contraste com o movimento sindical, no entanto, o feminismo combate um traço da vida social muito mais antigo que a revolução industrial e o modo de produção capitalista e que perpassa, por isso mesmo, o modo de vida de muitas sociedades não ocidentais e/ou tradicionais. Neste sentido, sua luta se dirige contra a desigualdade entre homens e mulheres e a restrição destas últimas a um papel doméstico e estritamente reprodutivo, posição historicamente defendida pelas ideologias patriarcais ou do *patriarcado*.

Inicialmente focado sobre a questão da igualdade política entre homens e mulheres e o direito feminino ao voto, ou *sufrágio universal*, o feminismo transformou-se profundamente ao longo do tempo, de maneira que costumamos identificar três "ondas" ou estágios em seu desenvolvimento histórico:

Primeira onda (século XIX – década de 1960): Neste primeiro momento, a pauta do movimento das mulheres centrava-se sobre a igualdade política e jurídica entre homens e mulheres, enfatizando o sufrágio universal, a participação política e o direito à propriedade privada. Lutava-se pelo direito das mulheres votarem e serem votadas, além de não serem tuteladas pelos homens em termos de seu acesso e usufruto a bens herdados e adquiridos.

Segunda onda (década de 1960 – década de 1980): Caracteriza-se pela chamada revolução sexual e pela ampliação da luta pelos direitos de *facto* das mulheres, tematizando questões como os direitos reprodutivos – o que coincide com o advento da pílula anticoncepcional –, a questão do aborto e do divórcio, assim como a visibilização da violência doméstica e conjugal. Da mesma maneira, as feministas da segunda onda ressaltavam o papel da mulher no mercado de trabalho e o combate às desigualdades salariais e corporativas entre homens e mulheres. Outro aspecto importante desta geração foi o combate ideológico ao machismo na indústria cultural, criticando os estereótipos femininos presentes no cinema, televisão e publicidade em geral. Na atmosfera contracultural dos anos 1960, ligava-se também ao movimento *hippie* e pacifista.

Terceira onda (década de 1980 – atual): esta geração do feminismo se caracteriza pela ideia de *desconstrução*, derivada do movimento filosófico conhecido como pós-estruturalismo. Na esteira da segunda onda, a terceira onda entende que o gênero é uma construção social, isto é, uma projeção de normas e valores sobre a dimensão naturalmente dada do *sexo biológico*. Todavia, discordam quanto ao caráter binário desta construção, a que acusam a segunda geração de reproduzir ainda que involuntariamente. Neste sentido, para além da dicotomia masculino/feminino, a terceira onda entende que o gênero é uma construção múltipla, comportando múltiplas possibilidades em um espectro quase infinitesimal. A pauta do *direito e do respeito à diferença* ganha destaque junto à luta mais tradicional pela *igualdade entre os gêneros*, no que aproxima o feminismo contemporâneo do movimento LGBTT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) e de outras pautas sociais diferencialistas, como a questão racial.

OS MOVIMENTOS ÉTNICO-RACIAIS

Outra linhagem importante dos movimentos sociais diz respeito à luta travada por grupos subalternizados devido à sua origem étnico-racial. Estes movimentos são particularmente importantes em países e/ou sociedades pós-coloniais e pós-escravocratas, como o Brasil e os Estados Unidos. Neste último, a questão negra sempre teve um papel predominante no debate social, principalmente devido à permanência de leis segregacionistas em muitos estados sulistas após a Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana (1861-1865). Já no Brasil, destaca-se o tema do *racismo latente*, isto é, a permanência de preconceitos contra negros e mestiços na vida social,

cultural e econômica não obstante a ideologia da *democracia racial* vigente desde os anos 1930 em nosso país.

Nos Estados Unidos, a ação coletiva do movimento negro conseguiu com sucesso a abolição das leis segregacionistas que ainda vigoravam em alguns estados da federação. Esta luta se deu no escopo de um movimento maior por direitos civis (*civil rights*) que, nos anos 1960, também incluía o feminismo, a revolução sexual, o pacifismo (na época, os EUA viviam uma guerra nuclear de nervos com a União Soviética e uma guerra de fato contra a guerrilha comunista do Vietnã do Norte) e princípios do que depois viria a se constituir como a pauta ambiental. Conjuntamente, todos esses movimentos passaram a ser chamados pelos sociólogos de "novos movimentos sociais", em contraste com o velho sindicalismo do mundo do trabalho.

A distinção entre movimentos reformistas e revolucionários era bastante visível na questão negra estadunidense. Por um lado, o grupo conhecido como *Panteras Negras* adotava uma postura mais confrontativa contra a ordem social e seus aparatos de repressão como a polícia, não raro fazendo uso de expedientes violentos ou de ação direta. Por outro, o reverendo Martin Luther King Jr. (1929-1968) e seus seguidores defendiam uma postura integracionista e pacifista, conhecida como *desobediência civil não violenta*.

Outro país importante em termos de lutas raciais é a África do Sul, que entre 1948 e 1981 viveu sob um regime segregacionista particularmente cruel chamado Apartheid. Durante este período, a maioria negra deste país não gozava dos mesmos direitos da minoria branca de origem inglesa e holandesa, o que gerava uma situação política e social injusta e insustentável. Inicialmente na ilegalidade e perseguidos pelo governo, os movimentos contra o regime segregacionista acabaram ganhando apoio externo e lograram isolar a África do Sul diplomaticamente, o que culminou com a queda do *Apartheid* e a refundação do país em termos democráticos.

No Brasil, como em muitos outros países latino-americanos, o movimento negro tem se destacado por uma luta em duas frentes diferentes: no campo social e jurídico, tem defendido a promulgação de medidas que atenuem a desigualdade entre brancos e não brancos nos mundos da educação, do trabalho, do serviço público e da participação política, como as *ações afirmativas*. Um bom exemplo são as cotas raciais nas universidades públicas federais e estaduais. Já no campo cultural, o movimento negro brasileiro tem lutado pela valorização e reconhecimento do legado africano na sociedade brasileira, seus credos, símbolos e tradições. Em tempos recentes, a defesa dos cultos de matriz africana como

o candomblé e o batuque contra a intolerância religiosa tem se destacado nas ações do movimento negro, bem como suas críticas à ideologia da democracia racial – segundo a qual não haveria racismo no Brasil – e à apropriação cultural de símbolos afro-brasileiros. O reconhecimento de comunidades quilombolas e a demarcação de seus territórios também tem sido uma pauta importante do movimento negro, o que o aproxima das lutas protagonizadas pelos indígenas e camponeses.

A LUTA PELA TERRA, A REFORMA AGRÁRIA, AS SOCIEDADES TRADICIONAIS OS DIREITOS TERRITORIAIS

Na América Latina, uma linhagem particularmente importante dos movimentos sociais é aquela que, protagonizada por grupos subalternos não urbanos como camponeses ou sociedades indígenas, tem lutado por seus territórios tradicionais e oferecido resistências à expansão das fronteiras agrícola e mineral em termos puramente extrativistas. No Brasil, um país historicamente dominado pela grande propriedade agrícola e pastoril, a luta pela terra tem sido um tema central desde a época colonial, mas que se acentuou profundamente a partir da chamada Lei de Terras do II Reinado, promulgada em 1850.

Em 1984 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mais conhecido pela sigla MST. De inspiração marxista e inicialmente revolucionária, o MST se opunha ao modelo de colonização e reforma agrária instituído pela Ditadura Militar (1964-1985), abertamente favorável aos interesses do latifúndio e da remoção das pequenas e médias propriedades para áreas cada vez mais remotas e improdutivas. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o MST protagonizou distintos episódios de ação direta no campo e na cidade, sobretudo a ocupação de propriedades improdutivas e prédios públicos ligados ao Ministério da Agricultura e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em protesto.

Mais recentemente, a questão indígena tem ganhado destaque no debate político brasileiro, sobretudo devido à oposição de comunidades tradicionais a grandes projetos de infraestrutura que alteram seus territórios originais. Da mesma forma, a ação da chamada *bancada ruralista* no Congresso Nacional – grupo de parlamentares que defendem os interesses do agronegócio – tem se caracterizado por uma hostilidade crescente aos interesses e reivindicações das sociedades tradicionais, questionando e

colocando em cheque o atual sistema de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A DINÂMICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como todas as iniciativas sociais, os movimentos sociais possuem algumas dinâmicas próprias e bastante características de funcionamento interno, o que os sociólogos chamam de "ciclo de vida" dos movimentos sociais. Embora nem todos os movimentos se enquadrem nesta lógica, é recorrente que atravessem fases muito similares em seu desenvolvimento, que poderíamos sintetizar a partir do seguinte esquema:

Primeiramente, ocorre a *emergência* do movimento social. Em geral, alguns poucos indivíduos trazem à tona, voluntária ou involuntariamente, a situação de desigualdade ou injustiça cujo combate pautará a militância do movimento, ainda inexistente ou existente de forma desorganizada. É frequente que estes momentos de emergência surjam por acaso ou abruptamente, como no caso do cidadão desempregado tunisiano que, ao colocar fogo em seu próprio corpo, desencadeou uma onda de comoção social que levou às *Primaveras Árabes* de 2010. Igualmente, as batidas policiais contra boates e bares *gays do underground* nova-iorquino dos anos 1970 tiveram papel importante na criação de um sentimento comunitário entre os homossexuais daquela cidade, que, a partir daí, começaram a se organizar como movimento de forma mais sistemática.

Em seguida, ocorre uma fase de consolidação do movimento, em que ele cresce em número de adeptos e passa a gozar de maior ou menor reconhecimento

social. É neste momento, da mesma maneira, que emergem os focos de resistência à pauta de mudança social colocada pelo movimento e seu confronto mais ou menos violento com os representantes da ordem instituída. Também aqui começam as divergências entre facções mais moderadas e mais radicais do movimento, oscilando entre os polos da reforma e da revolução.

Após a consolidação do movimento, muitas coisas podem acontecer: suas pautas podem ser acolhidas pela e/ou transformarem a ordem social (*sucesso*) ou não (*fracasso*), assim como o movimento pode ser dissolvido por uma brutal *repressão governamental* ou por uma *cooptação* de seus membros e pautas pelos grupos dominantes que combatia, como ocorreu com o movimento das “Diretas Já” no Brasil dos anos 1980. Outro destino possível é a *normalização* do movimento, isto é, sua transformação em uma estrutura burocrática e rotinizada que acaba se afastando de seus propósitos originais. Ao final, é normal que os movimentos e suas pautas entrem em um processo de declínio, sendo substituídos por outros movimentos e pautas e/ou reformulando-se à luz dos novos tempos, como no caso anteriormente descrito das “três ondas” do feminismo.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

> Neste livro, o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho discute a construção da cidadania e dos direitos no Brasil de maneira bastante didática, expondo o papel dos diferentes movimentos sociais, do Estado e das elites nesta caminhada.

Filmes e documentários:

- “Mississipi em Chamas” (Estados Unidos, 1988).
- “Suffragette” (Estados Unidos, 2015).
- “Martírio” (Brasil, 2017).

Mississipi em chamas retrata a segregação racial e a luta do movimento negro no sul dos Estados Unidos. Suffragette conta a história do movimento pelo voto feminino na Grã-Bretanha, enfatizando a primeira onda do movimento feminista. Martírio, por fim, expõe o conflito entre o movimento indígena brasileiro e o ruralismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf> Acesso em 23.02.2016.

BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pd>. Acesso em 13/07/2016.